

## **8 – ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

(Mapa n.º 13 do Tribunal de Contas Código Pocal 8.2)

#### **82.1 – Indicação e justificação de disposições do POCAL derogadas e efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados.**

A integração consistente da Contabilidade Orçamental, Patrimonial e de Custos, é um dos principais objetivos do POCAL. Apesar da Contabilidade de Custos não se encontrar completamente implementada no Município, considera-se que tal facto não tem reflexo no Balanço e Demonstração de Resultados pelo que as Demonstrações Financeiras apresentadas, refletem uma **imagem verdadeira e apropriada do Ativo, Passivo e dos Resultados do Município**, não se considerando derogada qualquer disposição do POCAL, com reflexo relevante no Balanço e Demonstração de Resultados.

#### **8.2.2 – Contas do Balanço e Demonstração de Resultados não comparáveis com as do exercício anterior.**

Ao longo do exercício de 2014, não foram alterados procedimentos, regras e políticas contabilísticas, relativamente aos critérios definidos para o exercício anterior, que torne incomparáveis as contas do Balanço e Demonstração de Resultados, devendo contudo na análise comparativa considerar-se:

- Em 2014 foi retirado do passivo de Médio e Longo Prazo o montante de Empréstimos de MLP, cujo vencimento ocorre no curto prazo, ou seja do valor das amortizações exigíveis em 2015, facto que o Balanço de 2013 não reflete.

- Em 2014 foram aperfeiçoados os critérios de:

- Registo de acréscimos e diferimentos com vista ao registo das operações de especialização do exercício;

- Avaliação de riscos para criação de Provisões.

Sendo o impacto destas alterações evidenciado nos pontos deste anexo – Acréscimos e diferimentos e Provisões.

#### **8.2.3 - Critérios de Valorimetria, Amortizações e Provisões**

##### **8.2.3.1- Critérios de Valorimetria**

Os critérios de valorimetria utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados, obedeceram ao estabelecido nesta matéria no POCAL, resumindo-se por grandes classes.

#### **1 – Imobilizações:**

O Ativo Imobilizado e aumentos patrimoniais contabilizados no exercício de 2014, foram valorizados ao custo de aquisição ou produção.

Por regra, o valor atribuído a doações, cedências de parcelas de terreno e alteração de natureza jurídica de bens do Município é o montante que consta no respetivo processo. Na falta de menção desta informação, recorre-se à Comissão de Avaliação, optando esta por critérios idênticos aos utilizados na valoração do Balanço Inicial, contudo no ano de 2014 não se registou nenhum destes factos.

Os Investimentos Financeiros, constituídos por parte de capital, foram registados pelo valor de aquisição.

## **2 – Existências;**

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, sendo utilizado o método do custo médio ponderado para as saídas de existências.

## **3 – Dívidas a Terceiros;**

As Dívidas a Terceiros foram registadas pelo valor à data da fatura, pelo que expressam os montantes dos documentos que as titulam.

## **4 – Disponibilidades;**

O montante de Disponibilidades em Caixa reflete o montante do valor em numerário, não incorporando qualquer montante em moeda estrangeira.

O montante de depósitos em Instituições Financeiras reflete o valor do saldo contabilístico das referidas contas, estando justificadas as diferenças relativamente ao saldo dos respetivos extratos bancários à data de 31/12/2014<sup>1</sup>.

## **5 – Acréscimos e Diferimentos**

Os Acréscimos e Diferimentos foram registados em obediência ao princípio da especialização de exercício. Conforme já referido foram em 2014 aperfeiçoados os critérios para apuramentos dos acréscimos e diferimentos, que originaram o registo de factos contabilísticos, de custos e proveitos, que em gerências anteriores não foram evidenciados.

Neste âmbito merece ser destacado o registo do:

- Acréscimo de proveitos da renda do Parque Eólico 2014 a receber em 2015 – 441.960,38€;
- Acréscimo de proveito dos Impostos directos do mês de Dezembro de 2014 a receber em 2015 – 345.425,62 €.

### **8.2.3.2 – Método de cálculo de Amortizações e Provisões.**

As Amortizações foram calculadas com base no método das quotas constantes, aplicando as taxas de amortização para cada bem do Ativo Imobilizado previsto na Portaria 671/2000 de 17/04 – CIBE.

O Município optou pela fixação de quotas diferentes para todos os bens do Ativo Imobilizado cujo valor de aquisição foi inferior a 80% do índice 100 da escala salarial da função pública. Todos os bens enquadrados na situação descrita foram amortizados na totalidade no exercício, opção fundamentada no Artigo 34º do CIBE.

No exercício em análise foi reforçada em 2.616,22 € a provisão para cobrança duvidosa, ficando provisionadas a 100% todas as dívidas de terceiros em mora há mais de 12 meses e em 50% as dívidas em mora há mais de 6 meses, com as exceções referidas nas considerações técnicas do ponto 2.7.1 do POCAL.

Foi criada provisão para:

- Processos Judiciais em curso no montante de 130.935,13 €;
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais – 30.000,00 €.

Relativamente às situações de aplicações de tesouraria, depreciação de existências e investimentos financeiros, não se considerou estarem associadas riscos que justifiquem a constituição de qualquer provisão.

---

<sup>1</sup> - As divergências entre saldo contabilístico e saldo do extrato bancário encontram-se desagregadas e justificadas para cada uma das contas bancárias constituídas em nome do Município no anexo IV – OUTROS DOCUMENTOS – desta prestação de Contas.

Apesar de existirem processos judiciais em curso de valor avultado contra o Município, de que se destaca as acções impostas contra a Câmara pela DST, no valor de 38 milhões de euros e a movida pela Contactwaves no valor de 348 mil euros, não foi constituída qualquer provisão para estes processos por se considerar que é reduzido o risco destes processos originarem responsabilidade para o Município dado que o que está em causa nos respectivos são pedidos de anulação de atos administrativos de adjudicação e não qualquer pedido de indemnização ou outro.

#### **8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa de contas originariamente expressas em moeda estrangeira.**

Situação não aplicável.

#### **8.2.5 – Situações em que o Resultado do Exercício foi afetado por critérios de valorimetria diferentes, Amortizações superiores às adequadas ou Provisões Extraordinárias.**

O Resultado Líquido do Exercício não foi afetado por critérios de valorimetria diferentes dos previstos no POCAL, Amortizações superiores às adequadas ou Provisões Extraordinárias.

#### **8.2.6 – Comentário às contas 43.1 e 43.2 – Despesas de Instalação e Despesas de Investigação e de Desenvolvimento.**

Situação não aplicável.

#### **8.2.7- Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado e nas respetivas Amortizações e Provisões.**

Remetem-se em anexo os mapas elaborados em conformidade com modelo aprovado no POCAL, contendo todos os movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado, constantes do Balanço e nas respetivas Amortizações e Provisões.

#### **– MAPA ACTIVO BRUTO E MAPA DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES – ANEXO I – dos mapas Anexos às Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.**

#### **8.2.8 - Desagregação das rubricas dos Mapas anteriores, de forma a evidenciar a descrição do Ativo, valor de aquisição, taxa de amortização e outras informações.**

Em conformidade com o que neste item é referenciado no POCAL o mapa do Ativo Bruto e das Amortizações e Provisões foi, no que concerne, a cada uma das contas patrimoniais: Edifícios, Outras Construções, Terrenos e Recursos Naturais desagregado por elemento do Ativo Imobilizado, de modo a evidenciar a descrição, data de aquisição, valor de aquisição, taxa de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates e valores líquidos de cada elemento.

A informação referida, encontra-se descrita no – **ANEXO II – dos Mapas Anexos às Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.**

Para as restantes contas do Ativo referentes a bens móveis e excetuando as viaturas, cuja desagregação foi efetuada bem a bem, foram os respetivos elementos agregados por grupos homogéneos, considerando-se do mesmo grupo

os bens que obedecem ao mesmo regime de amortização, classificados por natureza, tipo e bem em conformidade com a portaria 671/2000 – CIBE, e desagregado pelas contas patrimoniais, encontrando-se, igualmente, apenso ao presente documento – **ANEXO III – dos mapas Anexos às Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.**

#### **8.2.9 – Custos do exercício respeitantes a Empréstimos para financiarem Imobilizações que na fase de construção tenham sido capitalizados**

Seguindo o critério utilizado nos anos anteriores, todos os encargos financeiro do exercício, relativos a financiamentos destinados a Imobilizado em execução, estão refletidos nos resultados.

#### **8.2.10 – Diplomas legais em que se baseou a reavaliação do imobilizado**

No exercício de 2014, não foi efetuada qualquer reavaliação dos bens do Ativo Imobilizado, informação que o mapa do Ativo Bruto evidencia.

#### **8.2.11 – Quadro discriminativo das Reavaliações**

Não aplicável.

#### **8.2.12 – Informação sobre Imobilizações em poder de Terceiros, Imobilizações em propriedade alheia e Imobilizações Reversíveis.**

O Município tem concessionado o Sistema de Captação Tratamento e Distribuição de Água – Sistema em Baixa, e “Transferido” o “Imobilizado” afeto ao Sistema de Água e Saneamento em Alta.

O Sistema de Água em Baixa está concessionado à empresa Indáqua Fafe, S.A, desde 11/01/1996.

O Sistema de Água e de Saneamento em Alta foi “transferido”, por contrato celebrado em 21/10/2003, para a empresa concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do AVE, Águas do Ave, S.A, atualmente Águas do Noroeste, S.A – Sociedade concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Noroeste, criado pela fusão de diferentes sistemas multimunicipais e respetivas empresas concessionárias, pelo Decreto-lei nº 41/2010, de 29 de Abril.

Todos os Bens Patrimoniais de Domínio Público de Abastecimento de Água em Baixa integrados na concessão até 31/12/2001, constam do Mapa de Inventário mas sem qualquer valor, por terem sido valorados no Balanço Inicial, por valor zero.

Os investimentos efetuados pelo Município neste Sistema, nos anos subsequentes, estão refletidos no Balanço do Município, sem que aos mesmos esteja associada qualquer amortização.

O valor patrimonial das intervenções efetuadas nos bens e/ou Sistema de Água em Baixa, concessionado, está refletido na coluna alterações patrimoniais do mapa, **ANEXO IV – A dos mapas Anexos às Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados**, ascendendo no final de 2014 a 3.538.227,95 €.

O valor do Património afeto aos Sistemas de Água e Saneamento em Alta, transferido para a Empresa Águas do Noroeste, S.A, ascende a 7.169.212,48 euros, e encontra-se discriminado no mapa **ANEXO IV – C.**

Neste âmbito, é também relevante referir:

- O Município cedeu direitos de superfície de alguns bens do seu Património, cujo valor ascende a 221.881,93 euros – situações que estão evidenciadas no **ANEXO IV-B;**

O quadro seguinte resume as situações supra mencionadas

Unid:€

Designação	Valor	Anexos	Observações
Imobilizações em Poder de Terceiros	3.538.227,95€	ANEXO IV – A (1)	INDAQUA – 3.391.392,98€ + 83.649,17 € = 3.475.042,15 € BAR DA PRAÇA / QUIOSQUES – 63.185,80 €
Imobilizações Reversíveis (Direito de Superfície e outros)	221.881,93 €	ANEXO IV – B	AD FAFE – PARQUE MUNICIPAL DESPORTOS
Imobilizações Transferidas	7.169.212,48 €	ANEXO IV – C (2)	ÁGUAS DO NOROESTE

### 8.2.13 – Bens utilizados em regime de Locação Financeira

Não existem bens utilizados neste regime.

### 8.2.14 – Bem que não foi possível valorizar

Durante o ano de 2014, todos os bens patrimoniais foram objeto de valoração.

### 8.2.15 – Bens de Domínio Público que não são objeto de amortização

Na situação de não amortizados encontram-se todos os Bens de Domínio Público afetos a concessão do Sistema de Abastecimento de Água e respetivas alterações patrimoniais, bem como todos os Bens de Domínio Público para cuja classificação prevista na Portaria 671/2001 – CIBE, não consta taxa de amortização. Nesta situação encontram-se bens como terrenos integrados no Domínio Público, monumentos, entre outros.

### 8.2.16 – Informação sobre entidades participadas

A informação relativa a todas as Entidades participadas – Societárias e Não Societárias consta do documento elaborado conforme resolução nº 26/2011 de 21/11 – al. a) do n.º 4 do ponto II das instruções que integra esta Prestação de Contas.

### 8.2.17 / 8.2.18– Discriminação das contas “Títulos Negociáveis”, “Outras Aplicações de Tesouraria” e “Outras Aplicações Financeiras”

O Município não possui no seu Ativo qualquer aplicação nas contas referidas.

### 8.2.19 a 8.2.21 – Informações relevantes na análise do Ativo Circulante

As demonstrações financeiras não contêm fatos materialmente relevantes nestes itens.

### 8.2.22 – Valor global das Dívidas de Cobrança Duvidosa

Para o valor das dívidas em mora há mais de 12 meses, excluindo dívidas do Sector Público, foi constituída provisão no montante correspondente a 100% da dívida, e para o valor das dívidas em mora há mais de 6 meses foi constituída provisão no correspondente a 50% do valor da Dívida. O valor global das dívidas de clientes contribuintes e

utentes para as quais foi constituída Provisão ascende a 9.059,24 €, para os quais está constituída provisão no montante de 8.753,24 €, no ponto 8.2.27 evidenciam-se os movimentos ocorridos no exercício de 2014, relativos a Provisões.

### 8.2.23 e 8.2.24 – Valor Global das Dívidas Ativas e Passivas respeitantes a Pessoal da Autarquia, Obrigações e outros títulos emitidos, com indicação dos direitos que conferem

As Demonstrações Financeiras não contêm factos materialmente relevantes nestes itens.

### 8.2.25 – Discriminação das dívidas incluídas na conta “Estado e Outros Entes Públicos” em situação de mora

Os montantes do Balanço inerentes à conta Estado – 24 – não têm carácter de mora, reportam-se a valores apurados no mês de Dezembro de 2014 conforme se evidencia no quadro seguinte.

Conta	Designação	Ativo	Passivo	Observações
	<b>Estado e outros entes Públicos</b>			
24.2*	Retenção Imp. s/ Rendimento		50.959,31	Retenções de Dezembro/14
24.3*	IVA a pagar		10.100,91	Apuramento IVA 4º Trim.
24.4.1 *	Imposto Selo		17,20	Retido em Dezembro/14
24.4.3 *	Retenção forn. dividas ao estado		6.648,74	Retido em Dezembro/14
24.4.6	Estado Parte C.O Código Estrada		1.181,04	Retido em Dezembro /14
24.5	Contribuições Segurança Social		151.012,75	Retenções de Dezembro /14
24.9	Outras Contribuições		0,81	Idem
	<b>Total</b>		<b>219.920,76</b>	

### 8.2.26 – Discriminação desagregada das responsabilidades por Garantias e Cauções prestadas e recibos para cobrança.

A movimentação das Contas de Ordem no período de 2014, está evidenciada no Mapa das Contas de Ordem que se insere:

Descrição	Valores		Descrição	Valores	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR (*)		2.944.329,01	Garantias e Cauções Acionadas		0,00
Garantias e Cauções		0,00			
Recibos para Cobrança		0,00	Garantias e Cauções Devolvidas		821.157,64
Garantias e Cauções Prestadas		188.622,25	Receita Virtual Cobrada		0,00
Receita Virtual Liquidada		0,00	Receita Virtual Anulada		0,00
			SALDO P/ GERÊNCIA SEGUINTE		2.311.793,62
			Garantias e Cauções	2.311.793,62	
			Recibos para Cobrança	0,00	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.132.951,26</b>	<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.132.951,26</b>

Este mapa reflete o movimento de Cauções e Garantias prestadas **em documentos**.

O Montante de Garantias e Cauções prestadas em numerário está refletido nas contas de operações de tesouraria.

No exercício em análise o Município não optou pela cobrança de receitas virtuais.

**8.2.27 – Desdobramento das Contas de Provisões acumuladas com explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.**

O Mapa seguinte explicita os movimentos ocorridos no exercício nas Contas de Provisões.

Unid.: €

Código das Contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões p/ aplicações Tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	6.137,02	2.616,22		8.753,24
292	Provisões para riscos e encargos		160.935,13		160.935,13
39	Provisões p/ depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				
<b>TOTAL</b>		<b>6.137,02</b>	<b>163.551,35</b>		<b>169.688,37</b>

**8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das Contas da Classe 5 “Fundo Patrimonial”**

Unid.: €

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51. PATRIMÔNIO	66.821.449,44	1.658.150,17		68.479.599,61
55. Ajustamentos de partes de capital em empresas				
56. Reservas de reavaliação				
Reservas:				
57.1 Legais	1.165.425,55	87.271,06		1.252.696,61
57.2 Estatuárias				
57.3 Contratuais				
57.3 Livres				
57.5 Subsídios	2.479.892,91			2.479.892,91
57.6 Doações	6.118.861,47			6.118.861,47
57.7 Reservas decorrentes transferências de ativos	5.000,00			5.000,00
59. Resultados transitados		1.745.421,23	1.745.421,23	
<b>Sub Total – Classe 5</b>	<b>76.590.629,37</b>	<b>3.490.842,46</b>	<b>1.745.421,23</b>	<b>78.336.050,60</b>
88. Resultado líquido	1.745.421,23			1.683.385,10
<b>Total de Fundos Próprios</b>	<b>78.336.050,60</b>	<b>3.490.842,46</b>	<b>1.745.421,23</b>	<b>80.019.435,70</b>

O quadro supra inserto resume os movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5, evidenciando também o total de Fundos Próprios ao incluir informação sobre os Resultados Líquidos.

O valor evidenciado na coluna de aumentos na **Conta 51 – Património**, no montante de **1.658.150,17** euros, reflete a aplicação de 95% do Resultado Líquido apurado no Exercício de 2013.

A **Conta 57.1 – Reservas Legais** – reflete a afetação da aplicação dos restantes 5% do Resultado Líquido apurado em 2013, conforme proposta de aplicação de Resultados Aprovada pela Assembleia Municipal.

Os movimentos de aumento e diminuição na **Conta 59** refletem a movimentação dos Resultados Líquidos de 2013 para Resultados Transitados.

**8.2.29 e 8.2.30 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas e demonstração da variação da produção**

No registo das Existências, Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo, suscetíveis de armazenamento, foi utilizado o sistema de Inventário Permanente, demonstrando o quadro supra o custo das matérias consumidas.

Unid: €

Movimentos	Matérias – Primas Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	50.668,64
Compras	303.887,85
Regularização de Existências	191,60
Ganhos em Existências	191,61
Perdas em Existências	0,01
Existências Finais	55.631,74
<b>Custo do Exercício</b>	<b>299.116,35</b>

### 8.2.31 - Demonstração de Resultados Financeiros

No exercício de 2014, foram contabilizados Custos Financeiros no montante de 152.172,77 euros e Proveitos Financeiros no montante de 29.604,64 euros, pelo que o Resultado Financeiro apurado foi positivo em 122.568,13 euros.

Dos custos registados 152.072,77 € reportam-se a juros suportados relativos a Empréstimos MLP.

Dos proveitos contabilizados 18.935,77€ referem-se a juros de depósitos à ordem e depósitos a prazo de disponibilidades do Município, 6.904,56 € a bonificação de juros e 3764,31€ a Outros Proveitos Financeiros.

Remete-se em anexo – **ANEXO V** – o mapa relativo à Demonstração de Resultados Financeiros, elaborado em conformidade com o modelo que consta no POCAL.

### 8.2.32 - Demonstração de Resultados Extraordinários

No exercício de 2014 foram apurados Proveitos Extraordinários no montante de 2.748.488,55 euros e Custos no montante de 2.668.070,37 euros, sendo positivo em 80.418,18€ os Resultados Extraordinários do exercício.

O montante apurado de **Proveitos** extraordinários resulta:

- Da transferência de proveitos diferidos (subsídios ao investimento) – 1.657.653,11 €;
- De correções de exercícios anteriores – 797.792,67 €. O valor contabilizado de correções de exercícios anteriores no montante de 788.906,48 € refete a Renda do Parque eólico de 2013 e dos impostos directos de Dezembro de 2013, recebidos em 2014, que não foram especializados nas demonstrações financeiras desse ano. O restante valor – 8.886,19 € reporta-se a valores de reposições não abatidas nos pagamentos.

O montante contabilizado em **Custos e Perdas** extraordinários reporta-se:

... - Ao montante das transferências de capital concedidas para Freguesias, Associações de Municípios e Instituições particulares e famílias no montante de 2.066.285,42€;

- Às perdas em Imobilizações – 448.191,59 €, refletindo este valor as perdas ocorridas na alienação de 12 habitações da urbanização José Saramago (alienadas com perda na ordem dos 22 700,00 € em cada habitação) e a perdas na alienação de terrenos, na sua maioria lotes da Zona Industrial do Socorro cuja regularização em termos patrimoniais se operou em 2014. As perdas registadas resultaram do facto do valor contabilizado como adiantamento por conta de vendas, transitado de anos anteriores, não refletir na íntegra os recebimentos ocorridos relativos aos bens alienados.

- Às correções relativas a exercícios anteriores – 151.671,43 € que resulta quase na íntegra da devolução de comparticipação relativa ao projecto Cine-teatro – correcção financeira apurada na sequência de auditoria externa ao projecto referido.

Remete-se em anexo – **ANEXO VI** – o mapa relativo à Demonstração de Resultados Extraordinários, elaborado em conformidade com o modelo que consta no POCAL.